

©Copyright, 2006. Todos os direitos são reservados. Será permitida a reprodução integral ou parcial dos artigos, ocasião em que deverá ser observada a obrigatoriedade de indicação da propriedade dos seus direitos autorais pela INTERFACEHS, com a citação completa da fonte. Em caso de dúvidas, consulte a secretaria: [interfacehs@interfacehs.com.br](mailto:interfacehs@interfacehs.com.br)

## **VIDA NAS RUAS DE SÃO PAULO E ALTERNATIVAS POSSÍVEIS – UM ENFOQUE SÓCIO-AMBIENTAL**

Marcelo Gomes Justo

Sociólogo, doutor em Geografia Humana pela USP  
[mjusto@hotmail.com](mailto:mjusto@hotmail.com)

### **RESUMO**

O artigo trata das possíveis alternativas sociais aos moradores de ruas da cidade de São Paulo. Parte-se de uma revisão do conhecimento voltado para classificar, controlar, penalizar e tutelar a população de rua para apontar, de outro ângulo, um conhecimento que busca a emancipação da mesma população. Analisa-se, com base em pesquisa empírica, como o Movimento Sem Terra (MST) e a reforma agrária podem se constituir como alternativa de economia solidária aos moradores de rua.

**Palavras-chave:** morador de rua; MST; economia solidária; assentamentos de reforma agrária.

Este artigo é parte de uma pesquisa sobre as possibilidades de o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a reforma agrária constituírem-se como alternativas à situação de morador de rua na cidade de São Paulo (JUSTO, 2005). A alternativa é tomada no sentido de formas de organização social e de produção econômica contrárias à lógica do modo de produção capitalista, como manifestações potenciais de economia solidária (SINGER, 1998). Quem é o morador de rua? Parte-se desta pergunta não para respondê-la, mas para mostrar as ambigüidades e ambivalências nas representações da população de ruas e, conseqüentemente, pensar as variações da sociedade moderna. Percorrem-se diferentes maneiras de construir o lugar da mendicância na sociedade moderna, marcadas pela lei penal, pelo discurso acadêmico, pela classificação, pelos controles e políticas para quem habita os espaços públicos e por alternativas ao modo de produção capitalista.

Ao se estudarem as imagens transmitidas pela imprensa sobre moradores de rua, notam-se alguns enfoques recorrentes: ‘confundi-los’ com lixo ou com ‘pessoas normais’; os homicídios sofridos; morte por hipotermia no inverno.<sup>1</sup> A freqüência desses temas é obscurecida quando ocorrem casos de impacto como os assassinatos em série de moradores de rua na cidade de São Paulo, em agosto de 2003. Ser indistinguível, ser vítima, estar fora dos padrões de civilidade, ser parcialmente atendido pelos serviços públicos, ter direitos, ser desempregado: são movimentos tanto de homogeneizar quanto de diferenciar os moradores de rua. Às vezes, eles são tratados como pertencentes à classe trabalhadora, mas em condições de miséria extrema; outras vezes, são diferenciados como abaixo dessa classe. Portanto, morrer assassinado ou por causa do frio é comumente noticiado, pois essa parcela “não faz falta para a economia do país”. São “vítimas sacrificiais” das prefeituras e da sociedade. É a partir dos moradores de rua que podemos pensar comportamentos e tendências políticas, econômicas e sociais; ou, mais precisamente, pensar alternativas aos modos de vida e de produção baseados no capitalismo.

## **CONHECER, CONTROLAR, PENALIZAR, CLASSIFICAR, INCLUIR/EXCLUIR E TUTELAR A POPULAÇÃO DE RUA**

### **A constituição da população de rua pela lei e pela análise acadêmica**

Rapidamente, a condição de mendicância é interpretada por autores do século XIX, de diferentes formas, como algo que está fora do ritmo de transformações. Haveria nesse tema uma dificuldade de encaixá-lo no registro dos condicionantes socioculturais ou nos ‘impulsos naturais’, aparecendo ambigüidades. Neste sentido, pode-se dizer que as interpretações sobre o fenômeno o tornaram um ‘híbrido’ (LATOURET, 2000), que pode descrever redes sociais.

Para Marx, o ‘mendigo’ dos primórdios da modernidade era fruto de dois processos: expropriação e legislação. Isto é, os ‘mendigos’ dos séculos XIV ao XVI eram ex-camponeses que perderam suas terras e migraram para as cidades e, então, foram enquadrados em leis que regulavam suas condutas nesse novo meio social. As leis estabeleciam quem podia mendicar, e quando. Estava em jogo a distinção entre o trabalhador e o vagabundo. E Marx – com os valores de sua época – aponta para certa propensão à vagabundagem. Os *lumpens*, afinal, não tinham as condições materiais para agirem como membros da classe trabalhadora.

Como visto, o século XIV representou uma reviravolta na questão da mendicância em relação ao auge do período feudal, quando a questão era interpretada pela moral cristã, porque foi o primeiro momento na história ocidental em que a ‘vagabundagem’ passou a ser crime.

A perspectiva da lei consolidou-se como forma de classificar o morador de rua. Este personagem, por sua vez, serviu para se pensar os limites da aplicação das leis no Estado de direito. Análises recentes mostram que o morador de rua só pode perder, isto é, sempre sofre o peso legal. Com a posição mais baixa no espaço social, a população de rua está sujeita a maior aplicação de lei, conforme apontado por Black (1998 e 2002). Para esse autor, um morador de rua ser agredido pela polícia não é algo ilegal e sim a lei mostrando seu comportamento baseado em distinções sociais, neste caso, assimétricas (BLACK, 1998, 2002). O autor mostra que nos Estados Unidos a lei recai muito sobre o morador de rua, a começar pela forma como ele é tratado pelos policiais.

Do ponto de vista da sociologia pura, o policial chutando um morador de rua é lei. É uma forma mais severa de lei do que normalmente ocorre em outras localizações do espaço social, mas ainda é lei. O chute em um morador de rua ilustra o que acontece quando alguém ocupa simultaneamente um número de localizações sociais, todas elas atrativas à lei e à punição. Um morador de rua perde *status* social de todo tipo: é

extremamente pobre, e sua integração social é extremamente baixa. Faltam-lhe posses, dinheiro, emprego, residência na comunidade, e um dependente familiar que lhe apóie. Ele não é associado a uma organização. Não tem respeitabilidade, tem um modo estranho de vida, e pode pertencer a uma minoria cultural. Provavelmente, ele é também um estranho para a maior parte dos policiais. Ele é, em resumo, uma forma de sujeira social. E como um ímã social, atrai um estilo de lei altamente penal. Não apenas um morador de rua é mais vulnerável aos procedimentos formais como prisão, processo e condenação; ele também pode ser chutado, levar cacetada e ser, em geral, degradado de um modo raramente visto em outras localizações sociais ...

Talvez eu deva elaborar a idéia do chute como lei. Entendo, afinal, que muitas pessoas como advogados e professores de direito diriam que chute por policiais é uma violação à lei, e que não pode ser uma instância da lei ao mesmo tempo. Mas pode. Falando sociologicamente, não importa se chutar é ilegal de acordo com a lei escrita. Nem mesmo importa se um caso particular de chute por um policial é tratado como crime e punido (o que é extremamente improvável). O chute ainda é lei – controle social governamental. É uma aplicação da autoridade legal. O oficial é um agente do Estado, e nesse sentido é o próprio Estado que chuta. A implicação pode ser surpreendente: *a lei pode ser criminosa*. (BLACK, 2002, p.274)

Esta análise retrata o quanto se pode pensar a legalidade por meio dos moradores de rua. Também nos faz relativizar a perspectiva de que a luta por direitos civis e a consolidação do Estado democrático de direito no Brasil garantiriam melhores condições para a população de rua.

O estudo de Barak (1992) faz uma análise da condição do sem teto na história recente dos Estados Unidos com enfoque na crescente criminalização dessa condição. O autor mostra que a condição de morador de rua, a partir da década de 1980, vai ser vítima de maior incidência de leis e políticas que punem a presença e a atitude dos moradores de rua. Porém, estatisticamente a criminalidade cometida por moradores de rua é muito menor do que por não-moradores de rua. Para esse criminologista, os moradores de rua são vítimas da condição de sem teto e da omissão do Estado que deve lhes garantir o direito constitucional a um abrigo. Esse aumento da criminalização está associado à retirada das políticas do *Welfare State*.

O criminólogo mostra que o primeiro trabalho sociológico nos Estados Unidos da América sobre moradores de rua é de 1923 e consiste num estudo sobre as razões que levam a essa condição, e que em 1936 surge um segundo trabalho de referência que aponta para o fato de que uma fatia da população é forçada a ir para albergues porque está destituída de qualquer meio de vida. Barak (1992) prossegue na análise das abordagens sobre o tema ao longo das décadas para afirmar que, a partir dos anos 80, ocorre uma distinção entre um 'velho' e um 'novo' sem teto marcada pela visão de que pobreza e privação de abrigo são mais sintomas da política econômica do que causas da condição de morador de rua em si. Segundo o autor, há uma construção social do morador de rua que molda a reprodução do problema social.

O posicionamento marxista de Barak permite notar que análise científica e contexto político andam juntos. Assim como há no estudo a noção de que as estruturas sociais são os determinantes da condição de sem teto. Vejamos outros casos.

Em um número especial sobre *homeless* da revista norte americana *Urban Geography*, Hoch (1991) analisa a organização espacial urbana em relação ao caso dos moradores de rua de Chicago. Mostra que as políticas governamentais de reforma urbana do centro da cidade, que acabaram com os quartos de solteiros em hotéis baratos (*Single-room occupancy*) dos quarteirões destinados aos 'marginalizados', promoveu o fim da sobrevivência digna dessa população. Portanto, o que mudou no perfil do morador de rua dos anos 50 para os 80 foi a impossibilidade de poder dormir nesses locais, que o autor considera que serviam como garantia de alguma independência ao sem teto. Esse urbanista mostra que em 1985 havia 2 mil sem teto em Chicago e que as condições de obtenção de renda deles era bem menor do que na década de 1950. Dear e Gleeson (1991), por sua vez, apresentam um estudo da atitude do público (com base em jornais de Los Angeles e Nova York) em relação aos moradores de rua. Concluem que a situação é paradoxal, pois a população em geral expressa que, por um lado, são necessárias políticas de assistência social aos miseráveis e, por outro, há muito preconceito em relação aos sem teto. Os autores analisam o contexto para mostrar que há um aumento da população de rua decorrente da retirada de investimentos sociais por causa da mudança na política do *Welfare State* promovida pelo presidente Reagan, a partir de 1988.

Se, por um lado, aparece a questão da lei e do controle social, por outro os moradores de rua são associados à 'natureza', como se pode constatar em estudos sobre as atitudes diante deles. Mais especificamente, a presença do morador de rua provoca na

opinião pública um impacto porque há uma exposição de algo do mundo privado, as necessidades fisiológicas. Em seu estudo, Dear e Gleeson (1991, p.164) mostram que o maior número de registros jornalísticos sobre os impactos na vizinhança da presença de moradores de rua diz respeito à presença de urina e fezes em locais públicos. Porém, a perspectivas de condicionantes 'naturais' da condição de morador de rua fica explícita nos trabalhos de Weiner e Weaver (1974) e de Shnabel (1992), ao tratarem a questão pela psiquiatria e pela neurologia, respectivamente.

Weiner e Weaver (1974) realizaram um estudo quantitativo entre moradores de rua associando o alcoolismo ao aumento da incidência da atividade de pedinte: quando sóbrios, trabalham; quando bêbados, pedem. O foco é: pedinte e alcoolismo como desvios sociais.

Shnabel (1992) apresenta uma mudança nos últimos sessenta anos no perfil da população de rua, com o aumento do número total e da diversidade étnica de pessoas que vivem nas ruas de cidades da Holanda. Afirma que entre 25 e 35% dos moradores de rua têm ou tiveram histórico de distúrbios psiquiátricos. Portanto, o autor defende que a psiquiatria deve ter um maior papel de controle social dessa população, que deve ser internada quando necessário.

Ambigüidade ou ambivalência na caracterização manifesta-se também nas denominações diversas: mendigo, morador de rua, sofredor de rua, sem teto, pedinte, indigente, excluído, andarilho, trecheiro, trabalhador sem teto, catador etc. Esta diversidade de (des)qualificações deve-se, em parte, à diversidade de tipos e situações de viver na rua; e também, a posições políticas que derivam da forma como se concebe o morador de rua. Este é, geralmente, definido pela falta, pela carência absoluta. A opção aqui pela denominação 'morador de rua' é porque define o grupo por um modo de vida em comum.

Quando se interpreta o morador de rua, as representações podem ser resumidas em 'excluídos'. No entanto, esta expressão leva-nos a indagações: excluídos de quê, de onde? As respostas mais imediatas dizem que os moradores de rua estão fora do mercado de trabalho, do acesso à moradia, à educação, à saúde etc. Porém, determinada corrente teórica mostra a exclusão e a inclusão como duas partes de um mesmo processo, e que somente a lógica dialética dá conta de superar essa dicotomia. O artigo de Luciano Oliveira (1997) aponta para o fato de que o conceito de 'exclusão' já havia

sido questionado pela crítica à razão dualista,<sup>2</sup> ao estabelecer exclusão/inclusão como um par dialético inerente ao modo de produção capitalista em suas diferentes fases; deste modo, a visão dicotômica do processo de exclusão estaria ultrapassada. O sociólogo argumenta que, contemporaneamente, há excluídos cuja inclusão, possivelmente, nunca acontecerá. Então, propôs que os ‘excluídos’ sejam pensados de um ponto de vista valorativo acerca do que seja um modo de vida humano. Por fim, afirma que o conceito de excluído, mais do que teórica, tem uma razão ética e política porque “interpela sobre a natureza da *polis* que estamos construindo” (1997, p.60).

De fato, há uma nova fase do modo de produção capitalista decorrente da revolução industrial da microeletrônica. Nesse contexto, aparecem teorias que apontam para o fim do trabalho assalariado. Aparentemente, a liberação de mão-de-obra provocada pela terceira revolução industrial criou um ‘lixo’ humano que não é mais empregável. Porém, não cabe aqui aprofundar a discussão teórica sobre a crescente massa populacional de não empregáveis e sim apresentar alternativas para a população de rua.

Dentro do raciocínio da dialética entre exclusão e inclusão, Singer (1998) mostra que a terceira revolução industrial, a da microeletrônica, e a globalização provocaram um desemprego ‘estrutural’. Ações estatais de compensação e, principalmente, a economia solidária (ou auto-emprego) são as alternativas a essa conjuntura. Para o autor, a economia solidária é uma alternativa ao modo de produção capitalista e é o socialismo aqui e agora. Vejamos uma seqüência da argumentação do autor:

Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa. Esta oportunidade pode ser criada a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para os seus produtos. Tal condição é indispensável porque os ex-desempregados, como se viu, necessitam de um período de aprendizagem para ganhar eficiência e angariar fregueses. Para garantir-lhes o período de aprendizagem, os próprios participantes do novo setor devem criar um mercado protegido para suas empresas.

Uma maneira de criar o novo setor de reinserção produtiva é fundar

uma cooperativa de produção e consumo, à qual se associarão a massa dos sem-trabalho e dos que sobrevivem precariamente com trabalho incerto ...

O mercado protegido será uma condição necessária mas não suficiente para que o novo setor de economia solidária dê certo. O seu êxito não consistirá somente na mera sobrevivência das empresas e pessoas que o constituem, embora a sobrevivência no tempo já represente a solução para o desemprego, ou seja, a reintegração econômica – e portanto social – dos hoje marginalizados. Mas o objetivo almejado deve ser a criação de uma lógica ‘includora’, ou seja, capacitada e interessada em acolher sem limites novos cooperados, e que ofereça a estes uma chance real de trabalhar com autonomia e de ganhar um rendimento suficiente para ter um padrão de vida digno ...

Em outras palavras, o ponto de partida da economia solidária é o reconhecimento que *a causa maior da debilidade da pequena empresa e do autônomo é o seu isolamento ...*

Esta forma de luta contra o desemprego tem muitos pontos em comum com a organização de produtores autônomos (e empresas capitalistas coletivas) em sistemas de crédito mútuo e comércio recíproco. O principal deles é a prática da solidariedade em lugar da competição. Na empresa autogerida, a preservação dos postos de trabalho substitui a lucratividade como objetivo máximo. Os trabalhadores-gestores se dispõem a fazer sacrifícios, eventualmente abrindo mão de salários mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando. Na empresa capitalista, os empregados competem por promoções, prêmios de produção, lugares de chefia. Na empresa auto ou co-gerida a confiança mútua e a ajuda mútua são vitais para recuperar a competitividade, não há possibilidade de alguns se beneficiarem em detrimento de outros. (SINGER, 1998, p.73-138, grifos meus)

Além da discussão sobre exclusão/inclusão, a questão se aprofunda ao se verificar que recaem sobre o morador de rua os mecanismos de tutela (CASTEL, 1978). Na análise de Castel o dispositivo da tutela recai tanto sobre o ‘mendigo’ quanto sobre a classe trabalhadora como um todo. Mais do que mostrar que essa população é alvo de



vigilância, ela é constituída pelos dispositivos de controle social. Deduz-se que, num certo sentido, as tentativas das entidades filantrópicas, dos grupos de direitos humanos e de prefeituras em conhecer o perfil populacional alimentam a disputa pela tutela sobre os moradores de rua. O conhecer para controlar insere-se numa gama que vai da repressão a propostas e ações democráticas de luta por direitos.

### **O espaço comum e as interpretações no Brasil: conhecer para agir e controlar**

Os estudos brasileiros sobre os moradores de rua tratam dos seguintes temas: viver na rua (são ‘pedintes’ ou ‘mendigos’); violência; mundo do trabalho e desempregados (são tratados pela literatura como ‘sem teto’ ou ‘morador de rua’).

A população que vive nas ruas é tratada, nas décadas de 1970 e 1980, pelo termo ‘mendigo’, e as análises mostram que o público, em geral, o distingue do ‘pedinte’, sendo aquele a pessoa que perdeu certos atributos sociais (família e casa), sobrevive nas ruas, não trabalha e apresenta-se sujo e maltrapilho, enquanto este possui atributos sociais, mas tem dificuldade para sobreviver e depende da ajuda de terceiros. Neves (1983) estuda o fenômeno social da mendicância como forma de reprodução social dos trabalhadores e conclui que é uma ‘alternativa de vida’ para estes.

O viver na e da rua é uma categoria fundamental na análise desta população. Stoffels (1977) chama a atenção sobre aqueles que vivem nas ruas como um *habitat* total. O espaço ‘rua’ é vivido como um território apropriado. Neste caso, a rua divide-se em três locais distintos: o de sobrevivência, o de repouso e o de convivência grupal. Um dos grupos estudados pela autora vivia numa praça e limitava-se às fronteiras do local de convivência. Isto é, o morador de rua sabia qual era o seu espaço e qual era o do outro, dos vizinhos. Os requisitos do espaço para a permanência de ‘mendigos’ era: isolamento, pouco movimento, proteção contra a repressão, pontos de pedido, locais de repouso e locais de convivência. O público transeunte, como doador de esmolas, é o recurso do ‘mendigo’. Ao mesmo tempo, este estranha aquele quando o estigmatiza de ‘vagabundo’. Assim, “surge uma ‘fronteira’ no espaço-rua, utilizado como território apropriado e lugar público” (STOFFELS, 1977, p.150). A questão central desta autora é a complexidade e especificidade das atividades e da ideologia da mendicância. Ela situa a problemática na apreensão de uma autonomia relativa das atividades e da ideologia dos ‘mendigos’ em relação à ideologia dominante.

A partir da década de 1990, com um contexto de novas políticas municipais de

bem-estar social, os trabalhos analisam o perfil da população de rua (VIEIRA et al., 1994), as formas de atendimento a essas pessoas e as práticas assistenciais em geral, a relação de uso privado do espaço público, as organizações dos moradores de rua e a migração. Os textos de Vieira (1995), Neves (1995) e Montes (1995) dialogam e problematizam as ações de militantes e políticas em relação aos moradores de rua. Enquanto Vieira e Neves tratam do tema pela perspectiva da classe trabalhadora, Montes privilegia a questão da identidade 'fragmentada'.

Vieira (1995, p.43) fala que o morar na rua dá um novo sentido ao uso do espaço público. O que é privado, como comer, beber, dormir etc., torna-se público. O público, enquanto espaço coletivo de circulação, torna-se espaço de morar. Esta subversão de regra faz da ocupação das ruas um fato conflituoso. Neves (1995) destaca nas estratégias de sobrevivência dos moradores de rua o fato de que "quanto mais pertences acumulam, quanto melhor se organizam para viver na rua, quanto mais demarcam simbolicamente, através de papelões e plásticos, um espaço para a privacidade ou menos vulnerável ao olhar do curioso, mais incitam a repressão, mais escandalizam os demais usuários do espaço público" (NEVES, 1995, p.69).

Montes (1995) afirma que o discurso recente sobre a população de rua precisa ser problematizado porque se volta, principalmente, para a questão da identidade. Ela mostra que a identidade é um feixe de relações e que o senso comum tem dificuldade de pensar a identidade do morador de rua perante os outros atores com os quais se defronta na vida da cidade. A pluralidade de discursos construídos pelos grupos que lidam com a população de rua sobre a identidade desta, à medida que ela própria os introjeta, gera uma experiência de fragmentação. Coloca-se, então, a questão da reconstrução da identidade fragmentada do morador de rua, justamente porque identidade é o que dá sentido de unidade. Este comentário de Montes permite visualizar as duas dimensões da questão da mendicância: as análises sobre a população em geral e sobre as pessoas em si.

Os trabalhos de Sérgio Martins (1995), Nasser (1996) e Maria de Fátima Martins (2001) estudam a migração e as políticas sociais e os perfis de moradores de rua e de albergados, como formas de reprodução dos trabalhadores. Há também o trabalho de Barros (2004), que analisa a experiência da vida nas ruas e da constituição das redes de atendimento, e chega a estudar o assentamento D. Tomás Balduino, organizado pelo MST, com ex-moradores de rua. Esta autora faz uma análise dos nomes pelos quais são tratados os moradores de rua e um histórico das políticas sociais dos anos 90. Dentre

esses trabalhos, o estudo recente de Martins (2001) vai ao encontro deste artigo porque aponta para a necessidade de se compreender a migração num novo contexto em que conceitos e noções como o de “exército industrial de reserva” e de “mobilidade de força de trabalho pelo capital” são insuficientes porque os ‘excluídos’ não cabem mais nestas noções, uma vez que o modo de produção capitalista está numa fase de aumento da produtividade sem geração de empregos. Para essa autora, o homem que está fora da relação trabalho-capital é uma figura ‘fantasmagórica’, até mesmo para o pensamento. Por isso, ela afirma que “através dos moradores de rua e com eles é possível redefinir a compreensão da rua, da experiência urbana que significa e, mais ainda, de seu sentido na história” (MARTINS, 2001, p.116). Essa geógrafa enfoca as redes sociais<sup>3</sup> dos moradores de rua, passando por uma geografia da assistência, para mostrar que a condição dessa população leva a dar sentido a uma articulação em rede, uma vez que nas ruas as tramas são frágeis e os laços tênues (MARTINS, 2001, p.187-193). Chama a atenção a contribuição de Barros (2004) por analisar a população de rua pelo registro de questionar a modernização brasileira, interpretando a invisibilidade desse tipo de pobreza como uma forma de permanente exceção. Para a autora, a população de rua é um meio para compreender os processos de modernização da sociedade brasileira. Neste sentido, o texto de Barros está próximo dos questionamentos expostos aqui.

### **História rápida das políticas no Brasil em relação às classes populares**

Pinheiro (1981) mostra que desde o início da Primeira República existe a perseguição às ‘classes subalternas’. Naquela época a ‘vagabundagem’, entre outros, estava na lista dos crimes comuns. Nesse texto, o autor aponta uma tradição de violência física e ilegítima por parte do Estado, tanto nos regimes autoritários, quanto nos mais democráticos. Há uma repressão generalizada em relação às ‘classes subalternas’ e uma repressão qualificada em relação às ‘classes trabalhadoras’. Essa institucionalização da violência pelo Estado é, segundo o autor, uma política deliberada de controle social das classes subalternas.

Observa-se com Adorno (1990) que o processo de isolamento dos ‘desajustados’ ocorre no Brasil entre 1880 e 1920, período esse justamente de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Com o fim da ordem escravocrata, os pobres ocupam o espaço urbano. Temos uma série de trabalhadores pauperizados e expropriados, e a eles

juntam-se os imigrantes europeus. Estes enquadram-se nas mais diversas atividades para garantir a sobrevivência.

Todos eles foram os clientes preferenciais da filantropia, porque criavam o obstáculo para a constituição do trabalhador dócil. No período estudado pelo autor, houve um agravamento da criminalidade, cuja violência era a norma para a resolução dos conflitos sociais. Outra referência constante era em relação aos ‘menores vadios’, os mendigos e as prostitutas, ‘sujeiras’ a serem saneadas. Por isso, discutia-se a missão preventiva do Estado para minimizar a mendicância e o abandono de crianças. Junto com os loucos, que vagavam pelas ruas, toda uma ‘escória’ formada por ladrões, prostitutas, bêbados, mendigos etc., constituintes das ‘classes perigosas’, deram trabalho para os alienistas. Estes tinham entre seus objetivos imediatos a moralização do espaço público, afirma o sociólogo.

Desenhou-se assim todo um esforço classificatório voltado para distinguir e estabelecer fronteiras entre loucos e criminosos, vagabundos e pobres, definindo-se lugares apropriados de segregação ou de ‘cura’ que possibilitassem maior refinamento das operações de controle e de vigilância médica (ADORNO, 1990, p.16).

A filantropia entra para proteger a população urbana trabalhadora das adversidades da pobreza. Essa “gestão filantrópica da pobreza urbana”, para concluir, só foi possível com a invenção do estatuto da tutela.

Dando seqüência ao movimento histórico, passamos para as décadas de 1950, 60, 70 e começo de 80. Sposati (1988), ao analisar os serviços municipais de assistência social e seu aparato burocrático do período, apresenta a tese de que a gestão da pobreza por parte do Estado restringiu-se a intervenções ou atendimentos pontuais sem ir à raiz, caracterizando uma relativa omissão ao particularizar o problema.

Dentro desse processo histórico, na virada dos anos 80 para os 90 ocorreu uma mudança em relação à questão do morador de rua (Cf. COSTA, 1989; OLIVEIRA & VICENTE, 1989). Foi um movimento tanto de busca da cidadania da população de rua, com base na sua participação direta, quanto de encontrar alternativas para sair da condição de morar nas ruas. Os trabalhos da Pastoral dos Sofredores de Rua, da Fraternidade Povo da Rua (a ser vista mais adiante) e de outras entidades civis e/ou religiosas deram um outro enfoque político para o tema que não é mais o da filantropia (Cf. ROSA, 1995).

## As políticas e as ações civis recentes em relação aos moradores de rua <sup>4</sup>

Por um lado, a política de segregação dos moradores de rua na cidade de São Paulo teve um auge com uma lei de cercamento das praças públicas pelo governo municipal, na gestão do falecido Jânio Quadros (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro), de 1985 a 1988. A partir do ano de 1994, setores da sociedade procuraram evitar a presença dos ‘mendigos’ com a construção de prédios sem marquise, com funcionário de loja jogando óleo queimado na calçada em frente, com a prefeitura realizando operação ‘anti-mendigo’ – como a colocação de grades em árvores de praças. Estas atitudes tiveram o apoio do Administrador Regional da Sé, na época.

Por outro lado, no mesmo ano de 1994 ocorreu, no dia 10 de maio, na Câmara Municipal de São Paulo, uma celebração do quarto ano de luta da população de rua. Estavam presentes moradores de rua em geral, membros de centros comunitários e de direitos humanos (que são moradores de rua), membros da Pastoral do Povo da Rua, secretários municipais, sindicalistas e vereadores. Nessa oportunidade, a vereadora Aldaísa Sposati, do PT (Partido dos Trabalhadores), entregou ao presidente da Câmara seu projeto de lei (nº 207/94) de uma política de atenção à população de rua. Em seu depoimento, a vereadora disse que quando era Secretária Municipal das Administrações Regionais foi procurada por moradores de ruas e Irmãs católicas para reivindicar o direito de recolher o papel das ruas porque viviam disso.<sup>5</sup> Em 1997 foi aprovada lei municipal (nº 12.316/97) que estabelece como dever do poder público municipal da cidade de São Paulo, manter serviços e programas de atenção à população de rua garantindo “padrões éticos de dignidade”.

Ao longo da década de 1990, os moradores de rua passam a ser mais tematizados e viram alvo da preocupação de algumas instituições. Destacam-se alguns eventos: a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de 1995, teve como tema ‘os excluídos’; o curso de jornalismo de uma faculdade privada começou a produzir um jornal sobre essas pessoas, para ser vendido por meninos de rua. Outra iniciativa foi a realização do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo, em 1995, pelo Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP em conjunto com outras entidades, que se refere até mesmo a *homeless*. Dois Seminários Nacionais sobre População de Rua foram realizados, um em 1992 em São Paulo, e outro, em 1995, em Belo Horizonte (MG). Vale lembrar *O Trecheiro*, jornal publicado pela Rede Rua de Comunicação desde 1990, e a organização da primeira cooperativa dos catadores

autônomos de papel, fundada em 1989. Outras duas iniciativas que se destacam na forma de lidar com a população em situação de rua são a ONG Minha Rua Minha Casa<sup>6</sup> e o Projeto Boracéia, da gestão municipal de Marta Suplicy (PT), de 2001 a 2004, porque envolvem os moradores de rua na organização.

Desse breve relato, nota-se que os distintos setores da sociedade e do Estado defendem diferentes posições sobre quem pode, ou não, ficar nas ruas. As políticas e as ações civis variam de medidas repressivas e excludentes às organizações que envolvem os moradores de rua na gestão. Essa variação é decorrente das posições políticas dos setores sociais envolvidos, seja de liberais, de conservadores, ou de socialistas progressistas. Apresentam-se então os contornos da disputa pela tutela: a ciência, os militantes, a assistência social e o Estado estabelecem o perfil do morador de rua e as políticas de bem-estar social, que vão da segregação às formas que abrem a possibilidade para a emancipação da condição de tutelados. Portanto, a questão é como sair da tutela.

### **O perfil do morador de rua em São Paulo**

Antes de apresentar dados sobre a população de rua na cidade de São Paulo, vale ressaltar que as contagens dos moradores de rua são difíceis de serem feitas em razão da possibilidade de não cobrir todo o universo e do risco de contar mais de uma vez a mesma pessoa. Portanto, a contagem não se propõe apresentar números definitivos. O primeiro censo de moradores de rua da cidade de São Paulo teve dois eixos básicos:

conhecimento da dimensão, das características, das formas de sobrevivência e da trajetória da população de rua, entendida como a que sobrevive da rua, utilizando-a circunstancialmente ou de forma permanente como moradia; avaliação crítica de algumas formas de atendimento no âmbito das ações públicas e privadas, entendendo-as como ação intencional de instituições e grupos voltada especificamente para esta população. (VIEIRA et al, 1994, p.14)

De acordo com o primeiro censo realizado pela Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social em 1991, havia 3.392 moradores de rua na cidade. Do total de

peças que passaram pelas instituições (para o perfil optaram por questionários em: abrigo, casa de convivência e albergue), 90% são do sexo masculino e 10%, do feminino. Destes, aproximadamente 65% têm menos de 40 anos. O levantamento constatou 329 pontos pela cidade onde as pessoas dormem, 70% dos quais localizam-se nos distritos da Liberdade, Bela Vista e Sé. O levantamento apontou como segmento mais significativo os homens, em grupos ou sozinhos. Destacou, também, a heterogeneidade da população, composta por famílias, homens e mulheres sós, crianças e adolescentes. Dos moradores de rua que foram contatados em albergues, 46% possuíam trabalho até um ano antes. Quanto à origem da população que frequenta abrigo, casa de convivência e albergue, apenas 13, 14 e 10%, respectivamente, são da cidade de São Paulo, e os demais são do interior do estado ou de outros estados da federação (VIEIRA et al., 1994, p.71).

Pelos dados apontados, nota-se a maior concentração de moradores de rua nas regiões centrais da cidade. Uma das interpretações possíveis para isto é a proximidade de locais para a garantia da sobrevivência, como a obtenção de alimentação gratuita (VIEIRA et al., 1994, p.50). Nesses locais concentram-se pontos comerciais que ficam vazios à noite.

O número de moradores de rua cresceu em 1994. A Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social, na sua segunda contagem, chegou a um universo de 4.549 indivíduos. A grande maioria continuou sendo do sexo masculino.

Em 1996, o perfil da população de rua não se alterou, apenas os números totais. Continua sendo o homem jovem, e, do total, quase 70% estão entre 18 e 44 anos. Da totalidade, 59% são homens adultos, 15% mulheres adultas. Nesse terceiro censo realizado pela Secretaria Municipal da Família do Bem-Estar Social, contabilizaram-se 5.334 pessoas morando nas ruas. O destaque fica com as regiões Sé e Lapa, com aproximadamente 78% do total computado de moradores de rua da cidade.

Em 2000, estimavam-se 8.706 moradores de rua. Segundo estudo da Fipe/USP (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo) realizado para a Secretaria Municipal da Família do Bem-Estar Social, 37,7% do total, ou seja, 3.018 moradores de rua, vivem da coleta de material reciclável. O perfil seguiu os anteriores: cerca de 85% da população é do sexo masculino e com idade média de 40 anos (62% estão no intervalo entre 26 e 45 anos). Quanto à origem, 48,4% são da região Sudeste, 42,1% da região Nordeste e 9,5% são das demais regiões. Os migrantes são a grande maioria daqueles que pernoitam nas ruas, com 81%, e o estado com maior incidência de origem é São Paulo, com 34,9%. A maioria, 56%, vive só. Entre as

atividades exercidas, 48,6% são catadores, e os demais encaixam-se como guardador de carros, vendedor, carregador, vigia e outras ocupações.

Em 2003, mais um censo foi realizado pela Fipe para a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social e apontou para 10.394 pessoas em situação de rua. Aumentou também o atendimento a essa população pela Prefeitura em razão de maior oferta de vagas em albergues. Sposati (2003) aponta para o fato de que nas metrópoles mundiais estima-se que 1% da população vive em situação de rua.

Os números não revelam um ponto comum na caracterização do morador de rua: ser 'trecheiro'. Percorrer trechos da cidade é um dos meios de sobrevivência. Vão atrás de abrigos, de lugares para o pernoite, de locais que oferecem comida ou, simplesmente, fogem das 'perturbações' da polícia militar.

**Quadro 1** - Variação do número de moradores de rua por ano - São Paulo - 1991-2003

1991*	1994*	1996*	2000**	2003**
3.392	4.549	5.334	8.706	10.394

Fontes: \* Secr. Mun. de Bem-Estar Social; \*\*Levantamento da Fund. Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da USP, para Secr. Mun. de Bem-Estar Social.

O Quadro 1 sintetiza os números totais expostos ao longo deste item. Com ele, pode-se visualizar o crescimento do número de moradores de rua em São Paulo, que em treze anos aumentou em mais de três vezes. Vale comparar com as taxas de desemprego do mesmo período na região metropolitana de São Paulo. Não é possível afirmar que o desemprego é um determinante da condição de morador de rua, porém, é um dos fatores condicionantes. O Quadro 2, a seguir, mostra o aumento crescente da porcentagem de desempregados, que no mesmo período subiu oito pontos percentuais. Outro indicativo das condições sócio-econômicas da população sem teto, num sentido amplo, são os dados sobre condições habitacionais. Segundo a pesquisa de condições de vida, realizada pela fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos), em relação às condições de habitação, o percentual de barracos isolados e favelas na Região Metropolitana de São Paulo aumentou de 6,2%, em 1994, para 9,1%, em 1998; já a proporção de cortiços manteve-se relativamente estabilizada no período, chegando a 5,0% em 1998.



**Quadro 2** - Variação percentual na taxa de desemprego por ano - Região 1 Metropolitana de São Paulo - 1991-2003

1991	1994	1996	2000	2003
11,7	14,2	15,1	17,6	19,9

Fonte: Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego. São Paulo, 2003

Para efeitos comparativos com os números de moradores de rua na cidade de São Paulo, temos que no município do Rio de Janeiro uma pesquisa feita pela Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) revelou que no ano de 1999 havia 3.535 sem teto, dos quais 45% tinham carteira de trabalho. Em Belo Horizonte (MG), havia 916 moradores de rua em 1996, quando foi realizado o primeiro censo dessa população, e, em 2001, estimava-se a existência de 1.200 pessoas nessa condição (MARTINS, 2001). Estima-se que há em todos os Estados Unidos da América cerca de 300 mil *homeless* e que esse número pode chegar a 3 milhões, segundo Barak (1992, p.4). Em Nova York, em 1998, dormiam por noite em abrigos mais de 7 mil pessoas, e estimava-se cerca de 25 mil sem teto pela cidade. Em 2004, havia mais de 36 mil pessoas dormindo em abrigos por noite. Na Grã-Bretanha, estima-se em cerca de 500 mil os moradores de rua, segundo Smith (1994, p.273-274).

Os números fazem parte do jogo de construção e de representação da realidade, baseada em pesquisas empíricas que constituem o perfil da população alvo. Eles embasam políticas e, assim como as análises e trabalhos acadêmicos, estão nas redes dos moradores de rua. Também servem para comparar com as possibilidades das alternativas e ampliar as conexões do potencial emancipador.

## ALTERNATIVAS SOCIAIS E EMANCIPAR: MST, MTST E COOPERATIVAS

Posto que a situação da população de rua é de tutela e que há uma disputa por (re)definir qual tutela, a 'alternativa' para essa população só pode ser pensada como emancipação da condição de tutelado, como possibilidade de ela encontrar formas autogeridas de meios de vida e de geração de renda. Vale enfatizar que uma parcela dos moradores de rua quer sair desta condição e que não se atribui aqui o significado para 'alternativa' como possibilidade de eliminação total da situação de rua.

Das alternativas nesse sentido, há o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

(MTST), as cooperativas autogeridas de catadores de materiais recicláveis e o MST. Tendo em conta seus objetivos como organização, o MST representa também aqueles que não têm um modo de vida camponês. Nesse sentido não haveria contradições para o Movimento em lidar com pessoas que nunca viveram na terra, como por exemplo, o ex-jornalista e estudante de Ciências Sociais que se mudou para o assentamento Nova Canudos, no município de Iaras (SP). No entanto, seria e é um desafio. O MST pretende abarcar também aqueles destituídos de qualquer ‘modo de vida’ e ser um caminho para construir uma sociedade socialista. Há uma prática do MST de levar pessoas que vivem em situação liminar de miséria nos grandes centros urbanos para acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

Antes de trabalhar as condições em que o MST pode ser uma alternativa solidária para os moradores de rua, cabe apresentar outras duas que, até o momento, constam da trajetória dos moradores de rua na cidade.

### **As cooperativas de catadores**

Cooperativas de catadores de papel e outros materiais recicláveis: eis uma alternativa solidária para os moradores de rua não só de São Paulo, mas de Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Na cidade de São Paulo há mais de vinte cooperativas de catadores de papel. O mercado de lixo reciclável em São Paulo estava estimado em R\$ 300 milhões, em 2001. Além dos moradores de rua de São Paulo, o Fórum Lixo e Cidadania – reunião de ONGs (Organizações Não-Governamentais) que atuam no ramo – estimava que cerca de 17 mil pessoas sobreviviam ou complementavam seu orçamento da coleta de material reciclável, no estado de São Paulo. Segundo Conceição (2003, p.32), estima-se em 300 mil o número de pessoas vivendo de catadores de lixo no Brasil, dois terços dos quais localizam-se no estado de São Paulo.<sup>7</sup> Os dados devem ter se alterado nos últimos anos.

As cooperativas de catadores lutaram anos pelo reconhecimento da profissão de ‘catador’ pelo INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), para ter direitos, maior dignidade e reconhecimento social. Esta foi a principal pauta do 1º Congresso Nacional dos Catadores, em junho de 2001 em Brasília. É permitido ao membro de uma cooperativa de catadores cadastrar-se como contribuinte individual autônomo junto ao INSS.

A formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa de economia solidária também está presente em países como a Colômbia e a Índia, por exemplo. Rodríguez (2002) realizou uma pesquisa-ação junto a uma cooperativa de recicladores de lixo de Bogotá, Colômbia, na perspectiva de que esse tipo de cooperativa tem um potencial emancipador. Ele mostra que, no final dos anos 90, havia naquele país cerca de 300 mil pessoas vivendo da coleta e recuperação de materiais recicláveis nas cidades, o que correspondia a 1% da população nacional. Na mesma época, havia em Bogotá 94 cooperativas de recicladores. Uma das deduções do autor é que as cooperativas são relativamente independentes umas das outras e que elas deveriam se integrar numa rede de ajuda mútua para fortalecimento político e econômico (RODRÍGUEZ, 2002, p.358).

Além de entrar para o MST ou de formar cooperativas de catadores de material reciclável, outra alternativa surgiu na segunda metade dos anos 90. Em agosto de 2001, o MTST do Rio de Janeiro ganhou destaque na mídia ao promover a ida de seus membros a um Shopping Center e a um supermercado: os “redutos da classe média foram invadidos”, noticiou a imprensa. Segundo Iha (2001), o MST constituiu o MTST, por meio de grupos internos do Movimento, como o “Consulta Popular”, que propôs a união das lutas campo-cidade.

## **O MTST**

O MTST nasceu em Campinas (SP) e seguiu para o Rio de Janeiro em 1997, onde promoveu dois acampamentos no ano de 2000. Além de Campinas, o MTST também começou a atuar em São Paulo, Sorocaba, Guarulhos, Osasco, Jandira, Itapevi e na região do ABC, entre outras. De forma independente do trabalho da Fraternidade Povo de Rua, mas com alguns militantes em comum, o MTST cadastrou mais de 2.200 pessoas que vivem nas ruas de São Paulo e que querem ir para algum assentamento, em 2001. Desse total, cerca de 500 acamparam, em 7 de setembro de 2001, num terreno à beira de rodovia Presidente Dutra, no município de Arujá (SP), por alguns meses. Esse acampamento foi organizado pelo MTST e pelo MST. Posteriormente, os acampados conseguiram ser assentados num terreno em Franco da Rocha, o assentamento D. Tomás Balduino. Além desse acampamento, há outro em Guarulhos com cerca de 4 mil pessoas, o Anita Garibaldi.

A diferença entre MST e MTST é que este último é para moradia e não para produção agrícola, ao passo que o primeiro tem o caráter de reforma agrária. O MTST promove ocupações em área onde não prevalece o módulo rural; as pessoas conseguem moradia e podem ter uma horta. Para o MST interessa assentar as famílias em lotes onde possam produzir excedentes.

## O MST

Psicólogos sociais, sociólogos, antropólogos e, principalmente, geógrafos debruçam-se sobre assentamentos de reforma agrária, muitos deles surgidos por causa da luta pela terra organizada pelo MST e outras entidades semelhantes. Há uma meia-dúzia de trabalhos acadêmicos sobre uma fatia mínima desta luta – assentamentos com ex-moradores de rua.

O trabalho do MST de promover ocupações de terra com pessoas que vivem nas ruas de São Paulo começou em 1994, através da aproximação do trabalho da Fraternidade Povo da Rua (cujos membros são, em parte, da Congregação do Verbo Divino) com o MST, criando um centro de formação desse movimento no bairro do Brás.

A Fraternidade Povo da Rua começou a atuar com a população de rua no início dos anos 90, fazendo um trabalho de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e de ajuda aos portadores do vírus HIV. A trajetória inicial da Fraternidade está interpenetrada pela Rede Rua de Comunicação. Em 1990, foi oficializada a entidade Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados, que se chamaria mais tarde de Rede Rua de Comunicação, que começou a fazer o jornal *O Trecheiro* e assumiu uma casa de atendimento à população de rua. Nesse contexto, a Fraternidade Povo da Rua virou uma entidade independente e, em 1994, organizou o primeiro grupo de moradores de rua que participou da luta pela terra em Itapeva.

A primeira ocupação com moradores de rua ocorreu em 20 de dezembro de 1994 no município de Itapeva (270 km a sudoeste da capital). Um grupo de 15 moradores de rua estava se reunindo havia seis meses na igreja 'da Torre' (Bom Jesus do Brás), e 13 deles juntaram-se a mais de duzentas famílias para ocuparem a fazenda Pirituba, com 17 mil hectares, em Itapeva. Dos 13 provenientes das ruas de São Paulo restaram, em 1995, quatro pessoas, após um ano de acampamento. Em 1995, houve uma tentativa de levar moradores de rua para Andradina. Em 2003 contabilizavam-se, entre acampamentos e

assentamentos com ex-moradores de rua, dez unidades. Além do caso estudado (JUSTO, 2005), há um no Pontal do Paranapanema, dois no município de Iaras,<sup>8</sup> um em Bauru, um em São José dos Campos, um em Jacareí, um em Barretos e um em Ribeirão Preto.

Por fim, entre 1999 e 2000, o MST criou na cidade de São Paulo a regional Grande São Paulo, em decorrência do trabalho do centro de formação no Brás levado pelo 'coletivo' de militantes do MST e da Fraternidade Povo da Rua. Essa regional é a responsável pelo assentamento D. Tomás Balduino,<sup>9</sup> em Franco da Rocha, e pelos acampamentos Irmã Alberta, na divisa de São Paulo com Cajamar, Camilo Torres e D. Pedro Casaldáliga, numa mesma fazenda em Pirapora do Bom Jesus.

A partir do final da década de 1990, as regionais do eixo metropolitano do MST (Grande São Paulo, Campinas e Vale do Paraíba) começaram a implementar a proposta de Comunas da Terra, que consiste em ocupações próximas aos grandes centros urbanos visando abastecê-los. As famílias moram em pequenos lotes (de 2 a 5 ha) formando núcleos familiares e produzem em áreas coletivas. As experiências até o momento são: assentamento Nova Esperança, em São José dos Campos, de 1998, com 60 famílias em 447 ha; assentamento D. Tomás Balduino, em Franco da Rocha, de 2001, com 180 famílias em 850 ha; acampamento Terra Sem Males, em Cajamar, com 220 famílias, desde 2002; acampamento Irmã Alberta, na divisa de São Paulo com Cajamar, com 300 famílias em 250 ha, desde 2002 (MATHEUS, 2003, p.42-50). Vale destacar que, pelo menos, o assentamento D. Tomás Balduino e o acampamento Irmã Alberta são formados predominantemente por ex-moradores de rua. Porém, a orientação do trabalho dessas regionais é voltada para a população 'marginalizada' em geral e não apenas para moradores de rua.<sup>10</sup>

### **A pesquisa: o potencial alternativo**

Com base em trabalho de pesquisa (JUSTO, 2005), é possível interpretar os significados da entrada de ex-moradores de rua para a luta pela terra. Além de ter um pedaço de terra para morar, plantar, garantir uma alimentação (mandioca, milho, feijão, verduras, leite, frango, ovos etc., que são encontrados nos lotes), o assentamento possibilitou aos ex-moradores de rua outras conquistas. São elas: participar de associações de produção agropecuária; formar ou reencontrar família; poder estar atado a

redes, distintas daquelas existentes nas ruas (vizinhos, MST, Estado, associação); manifestar habilidades paralelas ao cultivo da terra e conhecimentos não escolarizados: pedreiro, pintor, carpinteiro, comerciante etc.; iniciar a formação de associações de produção e venda de produtos agropecuários.

Posto isso, é possível fazer algumas inferências sobre o MST como alternativa para a população de rua. Como os moradores de rua entram para a luta pela terra sozinhos ou apenas com a família nuclear, eles não têm laços de parentesco no assentamento. O parentesco é um forte elemento na formação dos grupos no assentamento. Pelo constatado, os grupos são formados pelos seguintes critérios, em ordem de importância: parentesco, amizade/afinidade, vizinhança.

Para o MST ser uma alternativa para os moradores de rua, estes devem estar fortalecidos, de modo que entrem para a luta – para a conquista de fração de território – com poder de formar e acionar redes. Vale lembrar que o termo ‘alternativo’ tem o sentido da economia solidária. Portanto, não basta tirar as pessoas das ruas, mas sim possibilitar que elas trabalhem em grupos e em redes geridas sem hierarquia e sem o assalariamento típico da relação capital-trabalho. Neste sentido, o papel não recai somente sobre o MST, mas também nos ombros dos apoiadores e demais elos das redes dos assentados. Possibilitar que os assentamentos, com ex-moradores de rua ou não, se constituam como núcleos econômicos não-capitalistas é uma tarefa por realizar, e a chamada territorialização da luta pela terra é condição necessária, mas *não suficiente para tal*.

Percorreu-se a trilha de como conhecer, controlar e propiciar alternativas aos moradores de rua. Estes foram colocados como híbridos para mostrar não só um conhecimento preocupado em classificar e controlar mas também trabalhos que procuram as possibilidades de emancipação. No Brasil, até a década de 1970 era quase inexistente a bibliografia sobre moradores de rua e, nos anos 90, houve uma multiplicação dessa produção. Distinguir o ‘pobre trabalhador’ do ‘miserável incapacitado’ perpassa os trabalhos de acadêmicos, jornalistas, militantes e políticos. Assim como há um movimento no sentido de fazer essa distinção e colocar a responsabilidade pelo aumento da quantidade de moradores de rua na estrutura social, há o andar contrário que busca homogeneizar o poço dos ‘excluídos’. Pode-se dizer que as condições sócio-econômicas, como o desemprego, propiciam um aumento de moradores de rua; porém, há múltiplos

fatores envolvidos nesta questão. Há uma variedade de perfis de sem teto em que alguns estão dispostos a alternativas, mas outros estão num caminho 'sem volta'. Portanto, a diferenciação de perfis serve para mostrar que cada um deve ter uma atenção distinta.

Estamos longe de compreender os dramas humanos, as angústias existenciais que podem levar à ruptura com os padrões de civilidade para se viver como um farrapo. Vamos procurar explicações na sociedade e, às vezes, na natureza. No entanto, o morador de rua nos possibilita pensar as diferentes formas de sociedades e de 'naturezas' humanas.

Dados os números da cidade de São Paulo, tanto de pessoas vivendo nas ruas e em albergues, quanto das possibilidades de alternativas, a ida para o campo ainda é uma fresta: permite passar, mas é estreita. Além de ser uma fresta, a ida, ou volta, para a terra ainda não se consolidou como economia solidária no caso do assentamento estudado. Como destacado por Maria de Fátima Martins (2001) e por Barros (2004), os moradores de rua dependem das redes sociais. Assim, as redes dos ex-moradores de rua são fundamentais para os fluxos de comunicação e de recursos entre eles e a sociedade como um todo.

## NOTAS

<sup>1</sup> Para uma análise das representações sobre morador de rua, ver Justo (1997).

<sup>2</sup> Referência ao trabalho do sociólogo Francisco de Oliveira.

<sup>3</sup> A autora parte da conhecida definição de 'rede' que Raffestin (1993) empresta de Serres. Porém, ela acrescenta a perspectiva habermasiana da teoria da ação comunicativa.

<sup>4</sup> Para uma análise das políticas sociais em relação à população de rua a partir da década de 1990, que problematiza a noção de política envolvida, ver Barros (2004).

<sup>5</sup> Gabinete da vereadora A. Sposati – Câmara Municipal de São Paulo. "10 de maio de 1994. 4º Ano de Luta da População de Rua". Impresso no serviço gráfico da CMSP, p.12.

<sup>6</sup> Ver [www.minhacasaminharua.com.br](http://www.minhacasaminharua.com.br).

<sup>7</sup> O trabalho de Conceição (2003) chama a atenção para o fato de algumas cooperativas de catadores de material reciclável recriarem a relação patrão-empregado, descaracterizando-as como economia solidária. O autor chama a atenção para a necessidade de mudança na forma de consumo e de geração de resíduos como fatos que

avançam o debate sobre ambientalismo, ao invés de restringir a discussão à reciclagem.

<sup>8</sup> Para exemplificar, o assentamento Nova Canudos, no município de Iaras, era um acampamento, em 1999, com cerca de 1.200 famílias e, em 2001, restaram pouco mais de 250 famílias e a área está desapropriada. Sobre o assentamento Nova Canudos, ver: Iha (2001); *Folha de S. Paulo*, Sem-terra urbanos completam um ano. São Paulo, 6 fev. 2000, p.A-15, e *Jornal do Campus*, A Resistência do MST. São Paulo, 10 out. 2000, p.4-5.

<sup>9</sup> Sobre a presença de ex-moradores de rua no assentamento D. Tomás, ver Barros (2004). Há uma dissertação em Geografia recente sobre esse assentamento.

<sup>10</sup> Entre julho de 1998 e junho de 1999, o MST Grande São Paulo organizou três congressos Da Rua para a Terra, com a participação de moradores de rua e de assentados que vieram das ruas.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Seade, ano 4, v.8, p.8-17, abr.-jun., 1990.

BARAK, Gregg. *Gimme Shelter*: a social history of homelessness in contemporary America. New York: Praeger, 1992.

BARROS, Joana S. *Moradores de rua – pobreza e trabalho*: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado) – Depto. de Sociologia, FFLCH/USP.

BLACK, Donald. *The social structure of right and wrong*. San Diego: Academic Press, 1998. [versão revisada de original de 1993].

BLACK, Donald. 'A geometria da lei': entrevista de Donald Black concedida a SINGER, H.; JUSTO, M. G.; BUORO, A. B. *Revista dos Tribunais*, ano 10, p.261-276, 2002. [Versão integral publicada em: *International Journal of the Sociology of Law*, n.2, v.30, p.101-129, 2002.]

CASTEL, Robert. *A ordem psiquiátrica*: a idade de ouro do alienismo. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CONCEIÇÃO, Márcio M. *Os empresários do lixo*: um paradoxo da modernidade. Campinas: Ed. Átomo, 2003.



COSTA, Alderon P. Este povo também quer viver. *Travessia* II. São Paulo, n.4, p.37-40, maio-ago., 1989.

DEAR, Michael; GLEESON, Brendan. Community attitudes toward the homeless. *Urban Geography*, número especial sobre *homelessness*, n.2, v.12, p.155-176, 1991.

HOCH, Charles. The spacial organization of the urban homeless: a case study of Chicago. *Urban Geography*, número especial sobre *homelessness*, n.2, v.12, p.137-154, 1991.

IHA, Mônica H. *Formação do acampamento Nova Canudos: um estudo sobre a espacialização da luta pela terra no Brasil*. São Paulo, 2001. Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Depto. de Geografia, FFLCH/USP.

JUSTO, Marcelo Gomes. Tão comum e tão estranho: os moradores de rua e as fronteiras de nossa sociedade. *Revista Caramelo*, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)/USP, n.9, p.66-75, dez. 1997.

JUSTO, Marcelo Gomes. *“Exculhidos”*: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) – Depto. de Geografia, FFLCH/USP.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MARTINS, M. de Fátima A. *A caminho da rua: o encontro com as redes de assistência e a formação de laços sociais entre moradores de rua em Belo Horizonte*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado) – Depto. de Geografia, FFLCH/USP.

MARTINS, Sérgio Ricardo O. *Migração no trecho: trabalho, assistência e degeneração: estudo da população que passa pelos albergues de Campo Grande – MS*. São Paulo, 1995, Dissertação (Mestrado) – Depto. de Geografia, FFLCH/USP.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. [1852]. In: *Marx*. (Col. Os Pensadores). 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. *O Capital*, v.I e II. (Col. Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MATHEUS, Delwek. Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária: a Comuna da Terra. 2003. Trabalho de conclusão de curso de realidade brasileira a partir dos grandes pensadores bras. FSS/UFJF/MG – MST.

MONTES, Maria Lúcia. População de rua: sua identidade e a questão da cidadania. In: ROSA, C. M. M. *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995. p.191-199.

NASSER, Ana C. A. “Sair para o Mundo”: Trabalho, família e lazer: relações e representação na vida dos excluídos. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) – Depto. de Sociologia, FFLCH/USP.

NEVES, Delma P. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. *CiênciaHoje*, ano 1, n.4, p.28-36, jan.-fev., 1983.

NEVES, Delma P. Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua. In: ROSA, Cleisa M. M. (Org.) *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995. p.61-70.

OLIVEIRA, A. D.; VICENTE, C. M. Gente ‘sem eira nem beira’. *Travessia*, II, São Paulo, n.4, p.33-35, maio-ago., 1989.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 12, n.33, p.49-61, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio M. S. Violência e cultura. In: LAMOUNIER, B. (Org.) *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

RODRÍGUEZ, César À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.329-367.

ROSA, Cleisa M. M. (Org.) *População de rua*. Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995.

SANTOS, Boaventura de S. (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHNABEL, Paul. Down and out: social marginality and homelessness. *The International Journal of Social Psychiatry*, n.1, v.38, p.59-67, 1992.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SMITH, David. *Geography and social justice*. Oxford (UK); Cambridge (USA): Blackwell, 1994.

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos de civilidade, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 dez. 2003, p.A-3.

STOFFELS, Maire-Ghislaine. *Os mendigos na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz

e Terra, 1977.

VIEIRA, M. Antonieta C. et al. (Org.) *População de rua, quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec, 1994.

VIEIRA, M. Antonieta C. São Paulo. In: ROSA, Cleisa M. M. (Org.) *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995. p.42-5.

WEINER, Sheldon; WEAVER, Lelon. Begging and social deviance on skid row. *Quarterly Journal of Studies on Alcohol*, v.35, n.4, p.1307-1315, 1974.

Artigo recebido em 05.02.08. Aprovado em 04.03.08.